

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivessem acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves
Terezinha de Fátima Fumis
Flávia Toqueti
Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto
Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima
Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos
Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue
Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima
Jhéssica Luara Alves de Lima
Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas
Larissa de Oliveira e Silva
Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

Edson Francisco de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

RESUMO: O presente estudo tem o objetivo analisar a dinâmica da expansão e interiorização da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tomando como referência os processos de descentralização e democratização do sistema de Educação Superior no Brasil. Os dados que subsidiaram nosso estudo estão vinculados a documentos e Relatório de Gestão da UFPE, especialmente do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e Centro Acadêmico de Vitória (CAV), tendo como marco temporal os dez anos de interiorização (2006 a 2016). Entre os principais resultados, evidencia-se que os campi duplicaram o número de cursos e de vagas nesse período. Um fato que merece ser destacado nessa pesquisa é sobre a nova modelagem de gestão implementada nesses campi que substituiu o formato departamental pelo modelo de núcleos.

PALAVRAS-CHAVE: Interiorização do ensino superior, Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Centro Acadêmico de Vitória.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the dynamics of the expansion and internalization of the Federal University of Pernambuco (UFPE), taking as reference the processes of decentralization and democratization of the Higher Education system in Brazil. The data that support our study are linked to documents and the Management Report of UFPE, especially the Agreste Academic Center (CAA) and Vitoria Academic Center (VAC), with a ten-year internalization period (2006 to 2016). Among the main results, it is evident that the campuses doubled the number of courses and vacancies in this period. One fact that deserves to be highlighted in this research is the new management model implemented in these campuses that replaces the departmental format with the core model.

KEYWORDS: Internalization of higher education, Federal University of Pernambuco, Agreste Academic Center, Vitória Academic Center.

1 | INTRODUÇÃO

É recorrente a afirmação de que o campo da educação superior brasileira tem se caracterizado nas últimas décadas, mas precisamente há três décadas, pelo incentivo à ampliação do sistema educacional público. Em

sentido contrário ao que podemos chamar de “sucateamento” do ensino superior público proposto nos governos Fernando Henrique Cardoso – FHC, 1995-2002 (SGUISSARDI, 2008), com o compromisso e priorização de elaborar políticas públicas voltadas para o acesso, permanência e expansão da educação superior pública, o governo de Luís Inácio Lula da Silva foi notabilizado por promover programas de expansão e diversificação do acesso ao ensino superior público no país sob responsabilidade do poder público. Dentre as políticas educacionais que foram implementadas com esse propósito, destacamos o Programa de Expansão e Interiorização da IFES ou Programa de Expansão Fase I (2003) e o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (2007).

Em 2006, como resposta aos estímulos do governo federal, a UFPE iniciou a implementação de uma política de descentralização e interiorização. A rápida adesão ao programa de interiorização foi refletida no desejo institucional de ampliar as possibilidades para a demanda retraída de alunos do interior do estado, egressos do ensino médio que não tinham a possibilidade de deslocamento para a capital, a fim de estudar em uma universidade pública. Primeiro foi à criação do Campus de Caruaru, o Centro Acadêmico do Agreste, inaugurado em março de 2006, e depois com a criação do Centro Acadêmico de Vitória, localizado em Vitória do Santo Antão, inaugurado em agosto de 2006. Diante do exposto, nasceu o interesse por responder a seguinte questão que orientou o desenvolvimento deste trabalho: *Qual a dinâmica da expansão e interiorização da Universidade Federal de Pernambuco?*

O marco temporal do estudo compreende o período de 2006 a 2016, tendo em vista os relevantes fatos ocorridos desde a construção dos campi até o processo de proposição e consolidação de nova cultura gestonária que foi instituída nessa conjuntura.

A partir desta perspectiva teórica, buscamos analisar os dados reunidos sobre o fenômeno da expansão da UFPE, a fim de contribuir e avançar com o conhecimento científico acerca dessa problemática inerente às universidades públicas.

2 | METODOLOGIA

Em cumprimento aos objetivos da pesquisa utilizamos os seguintes instrumentos e procedimentos para coleta dos dados: inicialmente fizemos o levantamento, categorização e análise da bibliografia (livros, periódicos, teses e dissertações), e da legislação sobre o processo de interiorização da educação superior no Brasil. Posteriormente realizamos coleta de documentos nacionais, entre os quais destacamos: o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), o decreto Presidencial nº 6.096/2007, que estabelece as Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), assim como coleta de documentos institucionais que continham

concepções e diretrizes sobre a política de expansão do da UFPE no marco temporal aqui delimitado, tais como: o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPE, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013 e 2014-2018 e os Relatórios de Gestão da UFPE de 2008 a 2014. Os dados estatísticos foram subsidiados pelos Relatórios de Gestão da UFPE, fonte que nos permitiu dimensionar o fenômeno da expansão em números.

Realizamos também observação direta em busca de conhecer e caracterizar o CAA e CAV quanto sua estrutura física, organização pedagógica e administrativa, em concordância com Minayo (2015, p.70), que a observação pode ser considerada como parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, pois tal procedimento “permite a compreensão da realidade” onde o pesquisador se coloca como observador na finalidade de realizar uma investigação científica. Permite a relação direta do observador com seus interlocutores no espaço social da pesquisa possibilitando a coleta dos dados e a compreensão do contexto ao qual a pesquisa se insere.

3 | EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Desde sua implantação e consolidação no Brasil, a educação superior vem sendo considerada um dos principais pilares para se alcançar realização pessoal e também ascensão social. No entanto, historicamente o acesso à educação superior sempre foi muito restrito em nosso país, principalmente nas Universidades Federais, que foi instituída e também consolidou-se como instituição filiada ao sistema de elite, fechado, seletivo, destinado particularmente aos membros das classes sociais privilegiadas (TROW, 2005).

Sem a pretensão de exaustividade, é fundamental tratarmos do processo de expansão da educação superior no País por meio da apresentação de algumas ações desenvolvidas ao longo dos governos de FHC e Lula.

No Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, políticas voltadas à educação superior foram implementadas com foco na expansão, diversificação e diferenciação desse nível de ensino. Ou seja, é particularmente no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que, através de mecanismos legais, programas e incentivos, o sistema de educação superior toma impulso. No entanto, convém salientar que as políticas de intensificação da matrícula adotadas nesse período, destacam-se quanto ao predomínio da expansão da educação superior essencialmente pela via da iniciativa privada, pois recebiam benefícios, como o financiamento das mensalidades cobradas aos estudantes e linha de crédito exclusiva para investimento a juros subsidiados, contribuindo para a ampliação da privatização do ensino superior enquanto as IES federais padeciam de recursos para continuar a desenvolver suas atividades (REIS,

2014). Nesse cenário, segundo Mancebo (2015, p. 22,23), no início do mandato de FHC (1995- 2002) “registrava-se a oferta de 39,8% das matrículas em instituições públicas e 60,2% nas privadas”, já em 2002, no final do seu mandato, esse percentual era de “30,8% das matrículas em instituições públicas e 69,2% nas privadas”.

Já no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ocorreu o ápice da expansão, reconhecendo o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público federal, para o desenvolvimento econômico e social. Seu governo foi caracterizado pelo compromisso e priorização de elaborar políticas voltadas para o acesso e expansão da educação superior alicerçada pelo discurso da democratização e inclusão social como princípio da ação político-administrativa. Dentre as iniciativas governamentais para expansão e diversificação do acesso ao ensino superior no país, destacam-se o Programa de Expansão e Interiorização da IFES (2003) e o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (2007).

Uma das principais diretrizes do Programa de Expansão (2003) foi à interiorização do ensino superior, ou seja, à criação de novas universidades e/ou novos campi que contribuíssem para impulsionar a disseminação da rede federal de educação superior no Brasil. Não podemos deixar de lembrar que a maioria das universidades públicas se concentravam nos grandes centros urbanos das capitais, restringindo assim, o acesso à educação universitária de parcela considerável da população situada no interior.

Franco, Morosini e Zanettini-Ribeiro (2015, p. 27) nos mostram a importância da interiorização das IES porque “configuram-se como importantes propulsoras de desenvolvimento de uma região”. As autoras também realçam as contribuições de Schneider (2002) que corrobora essa ideia e ainda ressaltam que essas instituições terminam por induzir investimentos para essas localidades, favorecendo a economia, a qualificação da população e estreita a relação com a sociedade. Ou seja, são muitos os benefícios revelados pelo processo de interiorização, inclusive no setor de serviços, favorecendo até mesmo na aquisição de hospitais, escolas, melhoramento do setor de transportes e comunicação (FRANCO, MOROSINI E ZANETTINI-RIBEIRO, 2015).

Seguindo o curso cronológico, o Governo Federal também lança, em 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096/2007 (BRASIL, 2007), que surge em resposta às metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e com a proposta de dar continuidade ao Programa de Expansão das IFES, aprimorando suas metas.

Entre as diretrizes do REUNI (Art. 2º), para o cumprimento das metas, destacam-se: I - aumento do número de matrículas, por meio da redução das taxas de evasão, da ocupação de vagas ociosas e do aumento da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil; III – revisão da estrutura acadêmica; IV - diversificação das modalidades de graduação; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

(BRASIL, 2007).

Segundo dados da Secretaria de Educação Superior/MEC (BRASIL, 2014), foi registrado, entre 2003 a 2014, através da política de expansão e interiorização da educação, um aumento expressivo quando observa-se a o fato de que o País sai de 45 Universidades Federais passando para 63, o que representa uma ampliação de 40%, e de 148 campi para 321 campi, crescimento de 117%, elevando o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 289 municípios, o que representou um crescimento de 153%.

Muito embora sejam significativos os avanços na educação superior pública, não se pode deixar de considerar a superioridade do número de instituições privadas em relação às públicas no Brasil, no entanto, considerando a matrícula absoluta (setor público + setor privado), reconhecemos, com base nos estudos de Trow (2005), que o “sistema de massa” se encontra em desenvolvimento, e que o ensino superior passou por um acentuado crescimento quantitativo nos últimos vinte anos, caracterizado, como visto, pelo aumento do número de instituições, de matrículas e de cursos.

Nesse contexto evidenciado, percebe-se então que a universidade pública brasileira passou e vem passando por mudanças durante todo esse processo de expansão, respaldada essencialmente pelo discurso em prol da *democratização da educação*. É evidente que o debate sobre a democratização da educação superior não é algo recente, ao longo do tempo vem se constituindo uma temática de fundamental importância a partir do princípio de educação como bem-público e um dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que quando mencionamos o termo “democratização” como categoria teórica que busca explicitar uma qualidade do processo de expansão da educação superior, temos que considerar que este é um termo que admite múltiplos significados, pois universalmente não se tem conseguido determinar, de modo unívoco, o significado deste vocábulo. Embora não seja uma discussão nova, ainda persistem diversas interpretações sobre sua concepção e sua materialização.

No cenário brasileiro, esse complexo processo de democratização do acesso à educação superior vem sendo delineado e fortalecido através de políticas voltadas para sua expansão envolvendo tantos programas especialmente voltados para a expansão do sistema federal de educação superior como para a ampliação do atendimento de estudantes no setor privado. No entanto, Sguissardi (2008) afirma que para acontecer de fato a democratização, não basta apenas o acesso à educação superior; é preciso “ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público” (p. 45).

Diante do que apresentamos até o momento, acerca da definição de democratização, a ideia que mais compactua com nosso pensamento é descrita por Sobrinho:

É necessário esclarecer desde logo que a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da “democratização” da educação superior, como veremos principalmente ao tratarmos dos temas do valor público, da qualidade social e da pertinência. (SOBRINHO 2010, p. 1226)

Assim, isso significa que a democratização não se restringe apenas à expansão quantitativa, tem a ver também com a qualidade pública, com a pertinência e relevância social, com o ato de multiplicar com qualidade e para a coletividade. Sobrinho (2010, p.1243) ainda ressalta que a “democratização” da educação superior “não se esgota na questão da expansão do acesso e permanência; deveria estender-se aos currículos, à gestão e à democracia interna, efetivamente vivida nos distintos momentos e diferentes estruturas institucionais”.

Para tanto, fica perceptível que as políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam se inserir no processo educacional, é preciso assegurar igualdade de oportunidades até porque, “dados levantados pelo IBGE permitem afirmar que cerca de um quarto de jovens com idade adequada não teria condições econômicas para frequentar um curso superior, ainda que gratuitamente” (SOBRINHO 2010, p. 1237).

4 | A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA EM PERNAMBUCO: A UFPE EM FOCO

Em Pernambuco também é pertinente observar como reverberou esse processo de expansão e interiorização, pois a história da educação superior no estado precede a própria história nacional em prol da democratização da educação em busca de permitir o acesso dos jovens do interior do estado ao ensino superior federal gratuito e de qualidade.

O processo de interiorização do estado de Pernambuco envolveu a construção de seis novos campi nas principais cidades do interior, sendo que duas delas vinculadas a cada uma das três grandes universidades federais já existentes: i) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) que expandiu com a implantação da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) no Agreste e a Unidade acadêmica de Serra Talhada (UAST) no Sertão; ii) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que expandiu com a implantação do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) em Caruaru e o Centro Acadêmico de Vitória (CAV) em Vitória de Santo Antão (Zona da Mata); iii) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com o Campus

Ciências Agrárias e o Campus Petrolina Centro, ambos em Petrolina.

Com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitando as características particulares de cada instituição e estimulando a diversidade do sistema de ensino superior, o REUNI, fez com que as universidades públicas de Pernambuco encontrassem em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar a expansão da oferta de vagas do ensino superior, assim como ampliar a cobertura territorial, promover inclusão social e formação acadêmica adequada aos novos paradigmas e demandas socioeconômicas emergentes.

O Projeto da UFPE para o REUNI justifica-se, portanto, à medida que é proposto como a oportunidade concreta para que esta IES avance em sintonia com o que é preconizado em seu Plano Estratégico Institucional e em seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI).

Ao aderir ao Reuni em 2007, a UFPE teve o seu Projeto aprovado, tendo como objetivos: ampliação da oferta de educação superior pública, através de aumento de vaga de ingresso, especialmente no período noturno; da redução das taxas de evasão; da ocupação de vagas ociosas; reestruturação acadêmico-curricular, através da revisão da estrutura acadêmica; e de reorganização dos cursos de graduação; ha também reafirmação de compromisso social através de políticas de inclusão; programas de assistência estudantil; políticas de extensão universitária e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, cotejando-se, assim, maior articulação entre os níveis da graduação e da pós-graduação.

De acordo com os dados oficiais (INEP, 2013), verificou-se um crescimento de 37% da UFPE no período de 2008 a 2013 em relação ao número de cursos presenciais, ou seja, foram criados 28 novos cursos em um período de cinco anos. Logo, verifica-se a importância e o impacto do REUNI por meio da expansão no contexto vivenciado por esta IES. Quanto ao crescimento do número de matrículas, houve um aumento de 24,2% das matrículas presenciais e crescimento significativo de 476% referente às matrículas em Educação à Distância - EAD, assim, no contexto da política de expansão da educação superior, implementada pelo MEC, a EAD coloca-se como uma modalidade importante no seu desenvolvimento pela UFPE.

Nesses termos, percebe-se que os números se configuram para uma real expansão, sendo assim, concordamos com Cunha (2004) que a quantidade deve sempre estar atrelada a qualidade. Segundo o autor “ao invés da expansão quantitativa, para cuidar, depois, da qualidade, o que precisamos é providenciar a multiplicação da qualidade, a custos cada vez mais baixos e para cada vez mais gente” (CUNHA 2004, p. 236).

Com efeito, o processo de expansão e interiorização não pode se restringir apenas

a dados quantitativos como se eles tivessem valor por si mesmo. Corroborando com essa ideia, Padim (2014) afirma que apenas expandir e levar instituições a longínquos lugares do Brasil não é, por si, garantia de ótima educação. Portanto, a questão da qualidade educacional deve ser considerada como um aspecto importante, até porque tem sido foco também das políticas educacionais recentes.

4.1 Expansão em números do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e do Centro Acadêmico de Vitória (CAV)

O Centro Acadêmico do Agreste (CAA) foi o primeiro campus da UFPE resultante de sua política de interiorização, tendo sido implantado na cidade de Caruaru, a 131 km de Recife, sendo inaugurado em 20 de março de 2006, sob o discurso oficial de contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado (UFPE, 2007). Inicialmente, o CAA funcionou em instalações provisórias no Polo Comercial de Caruaru. Em 2009, o campus foi transferido para uma sede própria, localizado no Bairro de Nova Caruaru, no entanto, alguns cursos ainda continuam sendo ofertados no Polo Comercial, como é o caso de Medicina.

Na escolha do município, foi considerada sua relevância no contexto atual da região do Agreste, que possui como principais características: cadeias e arranjos produtivos predominantes nas áreas da confecção e da agroindústria, e principal centro de serviços e negócios e de distribuição de mercadorias (UFPE, 2010). Ou seja, o CAA vem suprir a necessidade de ensino gratuito e de qualidade na região, visto que há cursos superiores já instalados, em sua maioria oferecidos por instituições privadas. Além dos cursos de graduação, o CAA iniciou em 2010 atividades com Programas de Pós-Graduação.

A estrutura administrativa do campus está dividida em Conselho Gestor, Diretoria, Coordenações Gestoras, Coordenação Setorial de Ensino, Coordenação Setorial de Pesquisa e Coordenação Setorial de Extensão. Na sede definitiva, há Laboratórios Integrados de Ciência e Tecnologia, onde são desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão e formação continuada.

O segundo campus instituído pela política de expansão da UFPE, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV), está localizado na Zona da Mata de Pernambuco, no Município de Vitória de Santo Antão e, também conforme discurso oficial, busca proporcionar à região melhoria do nível educacional, como condição imprescindível ao desenvolvimento humano e social.

O CAV iniciou suas atividades em 21 de agosto de 2006 e a sua criação se consolidou com a alocação de recursos financeiros por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia e o apoio da Prefeitura Municipal da Vitória de Santo Antão, que disponibilizou espaço físico e parte dos recursos humanos.

A escolha da cidade e a indicação de cursos nas áreas de saúde e biológica para implantação do Centro Acadêmico foram fundamentadas no estudo “Perfil

socioeconômico, epidemiológico e de escolaridade”, além do compromisso social da Universidade com a população em geral e, em especial, com a parcela menos favorecida distante dos grandes centros (UFPE, 2006). Paralelamente, uma pesquisa informal realizada pela Secretaria de Educação do Município da Vitória de Santo Antão, junto a estudantes do ensino médio local, apontou uma demanda significativa de pré-vestibulandos que pretendem fazer exame vestibular para estes cursos.

Atualmente o CAV está dividido em três blocos, sendo 1 bloco administrativo (Tabocas) e 2 de ensino (Pirituba e Bela Vista). A estrutura administrativa do campus compõe-se em Conselho Gestor, Diretoria, Secretaria Geral do Centro, Secretaria Geral dos Cursos, Coordenação Administrativa do Centro, Secretaria de Comunicação (SECOM), Coordenação de Infraestrutura, Finanças e Comprar (CIFC), Coordenação Administrativa dos Laboratórios, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial (NAEPS), Núcleo de Pesquisa e Extensão (NPE) e Comissão de Coordenação Pedagógica.

Assim, percebe-se que os campi procuram contribuir positivamente no atendimento às demandas da região, interiorizando o conhecimento científico, preparando a população para o desenvolvimento adequado das atividades produtivas por ela assumidas e incentivando iniciativas que venham garantir melhores condições de vida.

A seguir, analisaremos os dados quantitativos da expansão dos respectivos campi de acordo com dados disponibilizados pelo Setor de Escolaridade, no período de 2008 a 2014.

Campi		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CAA Caruaru	Nº de Cursos	05	05	10	10	10	10	11
	Nº de Vagas	580	580	900	900	900	920	1.160
CAV Vitória	Nº de Cursos	03	03	04	05	05	06	06
	Nº de Vagas	250	250	280	340	370	430	430

Tabela 1. Número de cursos e número de vagas no CAA e no CAV-UFPE / 2008-2014

Fonte: Elaboração com base nos dados dos Relatórios de Gestão 2012, 2013 e 2014.

Por meio dos dados da tabela acima, observa-se que no CAA apresentou um crescimento de 120% em relação ao número de cursos, e 100% com relação ao número de vagas. Não tão diferente desse cenário, o CAV também apresentou um aumento significativos, de 100% em relação ao número de cursos e 72% com relação ao número de vagas.

Outro aspecto que merece destaque é, especialmente, a criação dos cursos de Engenharias, em 2010, e Medicina, em 2014, que eram ofertados apenas no Campus Recife. Portanto, essa ação descentralizadora oportunizou estudantes a realizarem esses cursos de graduação que anteriormente só existiam na capital. É verdade que a criação desses cursos soma-se aos esforços desenvolvidos pelas demais instituições

privadas já presentes nesta área acadêmica, porém há de se reconhecer que estamos tratando da garantia de acesso em uma universidade pública, potencializando a habilitação de profissionais e, por consequência, gerando assim incremento das atividades afins a essa formação no âmbito da região.

Sobre o real objetivo da interiorização, que é de atender a população interiorana, Silva et al (2012), nos traz dados da escolaridade a respeito do local de origem dos estudantes do CAA, que em 2009 o quantitativo era de 79% dos alunos que eram oriundos do interior e, em 2010, esse quantitativo aumentou para 91,1%.

É oportuno registrarmos que, no projeto de criação do CAA e do CAV destacou-se a preocupação de se desenvolver uma gestão que enfatizasse o planejamento, a organização, a flexibilização, a qualidade e aproveitamento máximo das habilidades e competências dos recursos humanos, dentro de um ambiente que favoreça o trabalho em equipe, bem como a inovação (UFPE, 2005).

Esses novos campi foram criados com uma nova estrutura de gestão: o Órgão Deliberativo Superior que é formado pelo diretor e vice-diretor, pelos coordenadores dos núcleos com os respectivos suplentes. Os campi fundamentam-se não mais em departamentos, “estrutura comum ao Campus do Recife, mas em Núcleos, nos quais estão lotados os professores e se localizam os cursos” (PDI/UFPE, 2009-2013, p. 16).

Segundo o documento Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005), essa modelagem foi pensada a fim de reunir as diversas áreas do conhecimento num ambiente colaborativo, mais flexível e dinâmico. Portanto, cada Núcleo é composto por professores do ciclo básico e profissional que podem compartilhar disciplinas como atividades colaborativas, todavia independentes. Com base em rigor científico-intelectual e pautado em princípios éticos, os Núcleos compartilham, ainda, o objetivo de, através dos cursos oferecidos, formar profissionais responsáveis com visão generalista, humanista, crítico-reflexiva, conscientes da realidade em que atuarão, bem como da necessidade de serem agentes transformadores dessa realidade para melhoria da qualidade de vida (UFPE, 2009).

5 | CONCLUSÕES

Neste trabalho, nos propusemos a analisar a dinâmica de interiorização da UFPE. Como propulsor na ampliação de ofertas de vagas no ensino superior público, o Programa Expandir, criado pelo governo federal no ano de 2005, levou às cidades do interior do país, novos campi das universidades federais. É nesse processo de expansão e interiorização que se insere a criação do Centro Acadêmico do Agreste-CAA e do Centro Acadêmico de Vitória-CAV pela UFPE

Verificou-se que a criação dos campi contribui de forma positiva para buscar reverter os desequilíbrios econômicos e sociais existentes em Pernambuco. Uma vez que, com a interiorização, propiciou um salto quantitativo de acesso a pessoas que

possivelmente estariam com possibilidade restrita de cursarem na capital, tornando assim, uma ação de enorme relevância não só apenas educacional, mas também social e econômica. Neste caso, observou-se que, em basicamente dez anos, os campi dobraram o quantitativo do número de cursos e de vagas, quebrando ainda a tradição de cursos que antes eram conhecidos por serem restritamente predominantemente da capital.

Os dados da expansão nos permitem visualizar uma otimização de resultados na educação superior federal no interior de Pernambuco. Os campi também apresentam uma nova modelagem de gestão que foge do departamental para o modelo de Núcleos. Contudo, fica evidente que é preciso continuar ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior, porém, com maiores investimentos do governo para que possamos desenvolver-nos em bases sólidas para afirmarmos que realmente estamos promovendo uma educação de qualidade.

Nesses termos, a expansão não deve se restringir apenas a dados quantitativos como se eles tivessem valor por si mesmo, pois não é por si, garantia de ótima educação, faz-se necessário combinar as políticas de expansão com democratização de acesso e permanência dos estudantes. Portanto trata-se de uma questão que precisa ser debatida e analisada com maior sistematicidade e profundidade diante de sua importância no cenário local e regional.

Quanto ao caráter democratizante da expansão, continuamos verificando e afirmando que para que isso aconteça não basta apenas criarmos cada vez mais campus fora da sede e/ou ampliar na sede a quantidade de vagas sem investimentos necessários, porque democratizar o acesso vai além do que necessariamente números, envolve a participação dos atores, de planejamento, de definição de estratégias, de metas, de avaliação dos resultados, da tomada de decisões e de apoio financeiro. Como temos discutido, para que a democratização aconteça torna-se necessário uma ampliada discussão sobre as possibilidades dessa instituição em atender aos anseios da população ainda marginalizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**, Brasília, 24 de abril de 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. Censo da Educação Superior. 2008-2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 05 dez de 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014**. (Balanço Social 2003- 2014) Brasília, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Penildon/Downloads/balanco_social_sesu_2003_2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Penildon/Downloads/balanco_social_sesu_2003_2014%20(1).pdf). Acesso em 10/05/2016.

CUNHA, L.A. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado**. In: Conferências Fórum Brasil de Educação. Brasília, DF: CNE, UNESCO, Brasil, cap.12 (IV Encontro

Nacional – “Avaliação e Expansão: Qualidade em Educação”), 2004.

FRANCO, M. E. P.; MOROSINI, M. C.; ZANETTINI-RIBEIRO, C. Expansão da educação superior brasileira e focos estratégicos: da gestão à formação de professores. In: CASTRO, A. M. D. A.; BARBALHO, M. G. C. (Org). **Políticas de expansão da educação superior: dimensões, cenários e perspectivas**. – Natal, RN: EDUFRN, 2015. P. 19-46.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior- Graduação**. Brasília, 2008-2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11/02/2015.

MANCEBO, Deise. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E TENDÊNCIAS (1995-2014)**. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 A 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (Org). 34. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 61-77.

PADIM, Dayton Fernando. **A expansão e interiorização da Universidade Federal de Uberlândia: um processo de democratização?** / Dayton Fernando Padim. – São Carlos: UFSCar, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SILVA, E. M, et al. **Avaliação do programa de expansão da educação superior pública do ministério de educação do brasil**. IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração – adm.convibra.com.br. 2012. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/38/2012_38_3653.pdf. Acesso em: 29/02/2016.

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

TROW, M. **Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal**. Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. This paper is posted at the escholarship Repository, University of California. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. RESOLUÇÃO Nº 03/2005. **Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco: Campus Agreste**, 2005.

____. **Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. *Projeto REUNI/UFPE*. 2007. Disponível em: https://www.ufpe.br/proacad/images/Reuni/reuni_16abril2008_versao_mec.pdf. Acesso em: 13 jul. 2016.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009/2013)**. Aprovado na Reunião do Conselho Universitário do dia 16/12/2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/proplan/images/planejamento/pdi_verso_%20aprovada_%20pelo_%20conselho_%20universitario.pdf. Acesso em: 13 jul. 2016.

____. **Relatório Institucional do CAV/UFPE**. *Exercício 2006*.

____. **Relatório Institucional do CAV/UFPE 2009**. *Exercício 2009*.

____. Relatório de Gestão do Exercício 2012.

____. *Relatório de Gestão do Exercício 2013.*

____. Relatório de Gestão do Exercício 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

